

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

## DANÇAS RELIGIOSAS.

CHAVES, Luís

Ano: 1941 | Número: 51

---

### Como citar este documento:

CHAVES, Luís, Danças religiosas. *Revista de Guimarães*, 51 (4) Out.-Dez. 1941, p. 372-387.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51  
4800-432 Guimarães

E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)

URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Danças religiosas

---

No vol. XXXV da *Revista Lusitana* ocupei-me de «*Pantomimas, Danças & Bailados Populares*» (1), em que me referi na generalidade à composição e representação destas espécies coreográficas.

O vol. II de *Ethnos* (2), em véspera de saída, inserirá um estudo meu de «*Danças Guerreiras*». Falta-me apreciar os restos sobreviventes, ou de existência recente, de «*Danças religiosas*».

A dificuldade começa logo no momento em que procuro definir a dança religiosa. É claro que me refiro à dança representativa, no estado em que atingiu o nosso tempo. Se fôssemos descendo os tempos, até chegarmos às formas arcaicas, depararíamos com o carácter fundamentalmente ritual e, por isso, com a manifestação religiosa da dança.

Nas festividades do culto, desde a Idade-Média, havia danças públicas, quer nos templos, como preito e homenagem, quer fora dêles, nas procissões, exterioridade mais livre do mesmo preito. Estas eram organizadas pelos mesteres e suas «bandeiras». Ora, a não ser a preparação e apresentação de alguns grupos de critério religioso, figurados em volta de personagens hagiográficas ao vivo ou em imagem, autênticas mímicas discursivas e às vezes declamativas, até dançantes, que sentido religioso havia nas outras?

«Pantomimas», «mouriscas», «folias», mais ou menos ordenadas segundo a forma, ainda actual, dos

---

(1) Lisboa, 1938: pgs. 140-154 (Cap. I e II), e 218-235 (Cap. III).

(2) Revista do «Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia», Lisboa, Museu Etnológico.

«impérios», entravam nos cortejos religiosos e em cerimónias festivas de nenhuma ligação com assuntos cultuais ou datas eclesiásticas.

Note-se que estes «impérios», de formação popular, com as suas autoridades anualmente eleitas («reis», «imperadores», «alferes», etc.), concordavam com a organização dos officios, e eram um mixto de profanidade orgânica, mesteiral, com a religiosidade afim, por isso não menos orgânica, da «bandeira». Compunham-nos os officiais das corporações, que, por êsse meio, intervinhão nas procissões nacionais, isto é, de criação régia para tôda a nação, como a de *Corpus Christi*, norma das outras.

Os regimentos destas procissões, embora diferenciados conforme as terras, obedeciam a um super-regimento, que era a determinação régia da origem.

Os próprios regimentos locais revelam que os grupos de figurantes, agregados ao «império» ou à «folia», faziam exhibições fora da procissão, se bem que para o caso apenas se refiram à oportunidade religiosa em ordenação. ¿Que aspecto religioso tinham, a não ser êste de os associar aos actos de culto externo?

Ainda hoje nos restam «impérios», bem caracterizados nos «impérios do Espírito Santo», e «folias» nos «foliões» da festa do Espírito Santo, nos Açores e Madeira. Uns conservam a organização antiga com os seus cargos e com a imponência exterior das cerimónias, mais ou menos modificadas; exemplifiquemo-las na «festa dos tabuleiros», em Tomar, com o seu cortejo simbólico de oferendas votivas, em seguimento das insígnias do Espírito Santo: a bandeira com a pomba, as coroas, etc.

Quando foram instituídas estas composições espectaculares em honra do Espírito Santo ou Santo Espírito (1), e atribui-as a tradição à Rainha Santa Isabel, ao tempo em Alenquer, não houve mais que moldá-las pelo padrão das «mouriscas» ou «mouriscadas». Estas tinham feição militar: simulavam combate, ora ape-

---

(1) Bispo Correia de Lacerda, *Historia da Vida, Morte e Milagres, Canonisação e Trasladação de Sancta Isabel Sexta Rainha de Portugal*, Lisboa, 1680.

nas demonstrativo em abstracto, só com «mouros» ou com «cristãos», ora expressamente na luta figurada entre os dois partidos.

A «mouriscada» do Sobrado (Valongo: Pôrto), o «Auto de Floripes» (Neves: Viana-do-Castelo), e outros exemplares de hoje, continuam a forma original, em Sobrado com o esquema da mímica, nas Neves com o enchimento teatral do auto, cujo esquema de bailado foi mantido.

Os «impérios» converteram ao fim útil da caridade cristã, pela invocação do Espírito Santo, as danças, que se compunham de desfile e de ginástica bélica. Se o voto, o cumprimento de promessa, os viveres a distribuir publicamente, a visita domiciliária a pobres, entevados e presos, faziam parte do cortejo festivo, tudo provinha do espectáculo criado pela tradição aproveitada. Apenas foi adaptado no que era justo, para não perder o agrado público por distração movimentada e aparatosa, e cristianizou-se.

Consoante acontece em tôdas estas oportunidades de alterações da tradição viva, cooperaram de futuro as duas formas, como ramos bifurcados do mesmo tronco: as «mouriscas», anteriores, e os «impérios», novos. Aí topamos com ambas as designações, portanto com paralelismo de formas e coexistência de aproveitamento, nas regulamentações da procissão de *Corpus Christi*.

E' ver o *Titulo do Regimento da festa do Corpo de Deus, e de como hamdir os officios cada hum em seu lugar* (1), que regulou em Coimbra a constituição da procissão do Corpo-de-Deus, attribuído ao ano de 1517. A «dança das espadas», dos oleiros, — a «mourisca», dos sapateiros, eram grupos bélicos: do primeiro basta o nome, do segundo fala a composição (2); o «império» dos «alfaates e alfaatas», que tinha seu im-

(1) João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas*, vol. IV, 2.ª Parte, p. 240 e ss.; — Borges de Figueiredo, *Coimbra Antiga e Moderna*, Lisboa, 1886, ps. 286 e ss.

(2) A «mourisca» da procissão de Guimarães era formada de rapazes com broquéis e varas a servirem de lanças, e levava à frente o rei com o alfanje; ao sinal dado pelo rei, combatiam os outros, e rufava o tambor.

perador e imperatriz, com oito damas (império misto), mostra a influência da forma fundamental, adaptada a cada caso particular, como sucede sempre com a maleabilidade associativa da feição mental do povo.

O mesmo se dá nas outras terras, cujos regimentos se conhecem.

Nas «folias», «pélas», e outras, que não tinham lugares certos nem nomes próprios, tudo servia, e era sobretudo o movimento que as distinguia.

Reciprocamente, há hoje danças, que provieram de feição guerreira, entraram nas demonstrações de culto, porque, a meu ver, foram aplicadas também como preito religioso, e agora têm caracteres mistos. Quero referir-me especialmente à «dança dos Pauliteiros», de Terras-de-Miranda. De feição ginástica, figuram passos, golpes, atitudes, defesas de guerra. São torneios simbólicos, e assim o foram as danças das espadas. Entraram em festas e cerimónias religiosas, como a «dança dos ferreiros», de Penafiel, autêntico exemplo da «dança das espadas».

Em procissões antigas e modernas, de que se falará mais adiante, algumas ainda sobreviventes, grupos adrede preparados, providos de trajes especiais, a pé ou a cavalo, desfilam, e, no fim, um chefe lança as loas, recitadas em verso popular. O andor pára no portal da igreja; é voltada a imagem para o exterior; então, recebe as loas.

¿Que diferença fundamental existe entre o grupo, que dança a mimica dos combates, perante a imagem preiteada, e o grupo, que apresenta em verso pacífico as homenagens culturais?

As marcas ou *Liaços* dos pauliteiros, ao ritmo do bombo e do tambor como as dos «impérios», têm nomes diferentes, de evocação religiosa e profana, que manifestam hoje o seu tipo misto.

Não se confunda porém a «dança dos pauliteiros» com a «mourisca». É mais antiga aquela, cuja origem só pode ir tentar-se nas danças ibéricas, influenciadas pelo modo pírrico, estendido pelo Império Romano.

A persistência da dança está na manutenção do ritmo. Este, reconheceu-o expressamente Rodney Gal-

lop, deve-se à conservação do acompanhamento da dança pelo adufe, pelo bombo e pelo tambor (1).

As danças religiosas são-no, pois, nas aplicações, que oferecem, a factos de religião.

Lê-se n-*O Culto da Arte em Portugal*, de Ramalho Ortigão: «Dentro das igrejas... e nas vigílias da «Natividade, da Epiphania e da Paschoa, quando o orgão emudecia no coro e se calavam os cantos litúrgicos, o povo bailava ao longo da nave, sob as abobadas gothicas ou sob as cupulas bysantinas e as loas e os «villancicos, entoados pelos fiéis, subiam para o ceu «com a fragancia das flores e com o fumo dos thuribulos, ao repique das castanholas e ao rufar dos «adufes» (2).

Eram danças de homenagem como as loas, como o foram no mesmo sentido para-litúrgico as bailias trovadorescas em honra da Virgem. Completavam, com o concurso público dos fiéis, as cerimónias da liturgia oficial da Igreja, sem maldade nem ofensa por si. Se nos grandes dias de festa profana, os bailados públicos significavam a cooperação comum nas manifestações de regozijo, por que razão havia de ser vedada a mesma forma de expressão, linguagem por gestos rítmicos, nas cerimónias religiosas?

Até se dançava e cantava pelo Natal, recordando o Menino e Belém, em honra da Virgem; note-se esta trova sagrada de folia:

Branca estais e colorada,  
Virgem sagrada!

Em Belém, vila do amor,  
Da rosa nasceu a flor!  
Virgem sagrada!

Em Belém, vila do amar,  
Nasceu a rosa do rosal!  
Virgem sagrada!

.....

(1) Rodney Gallop, *Cantares do Povo Português*, Lisboa, 1937, p. 35.

(2) Ramalho Ortigão, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, 1893, p. 3.

Era legítimo. *Jerusalem, gaude gaudio magno, quia veniet tibi Salvator, aleluia!*

Como Davide cantava os salmos e bailava, não por entusiasmo da inspiração, mas pelo complexo psíquico da poesia, da música e da rítmica bailada, que lhe imprimia o impulso da adoração, assim o povo, nos intervalos das cerimônias, obedecia a uma força impulsiva de indisciplina, *disciplinada* pela dança para o objetivo comum. *Jerusalem, gaude gaudio magno!*

Não percamos de vista que a dança foi ritual na origem, e da homenagem religiosa partiu para a estética dos bailados. Quando se desenclaustrou do culto, estava transformada em arte. O mesmo aconteceu às artes afins, nadas em feixe de expresssão espiritual, isoladas quando atingiram por si a maioridade, sem que o isolamento as hostilizasse entre si. Tôdas três continuaram e continuam a cooperar; nem há dança, que não tenha música e ritmo, nem poesia sem ritmo e música, nem música incapaz de motricidade. A dança religiosa era cantada e bailada.

Enquanto interpretou pela mímica, espécie de teatro rítmico sem palavras, os assuntos e episódios cultuais, era essencialmente religiosa. Quando perdeu tal função dinâmica, e se converteu em série mais ou menos lógica de movimentos, cíclicos ou acíclicos, passou a ser acidentalmente religiosa. Os movimentos e a sua composição orgânica aplicavam-se indistintamente a fins religiosos e a fins profanos.

Em que altura desta linha trajectorial de desenvolvimento estético aparecem as danças do trecho de Ramalho, de outras danças conhecidas, e das participantes das procissões, fácil e claro é notá-lo.

Quem executava os bailados era o povo: nas igrejas a massa dos fiéis, irmanados na mesma ânsia, embora depois abusiva até à fúria, que era já a negação da dança; nas procissões, os representantes dos mesteres, obrigados a uma cooperação regulamentada, a que procuravam eximir-se, tanto pelos encargos de organização e realização, como, por fim, pelo anacronismo e desarmonia das exterioridades apresentadas.

Essas procissões oficiais compunham-se de duas partes inteiramente separadas: a profana, com os gru-

pos figurados, os «impérios», as «pélas», as «folias»; e a religiosa. Repare-se que o emprêgo dos grupos laicos era a um tempo decoração e homenagem: decoração por causa do pitoresco e variegado; homenagem, como nas danças nas igrejas, em actos de culto interno.

Quando as danças nas igrejas passaram de manifestação jovial aos abusos deformadores, as Constituições dos Bispados e os Visitadores proibiram que se realizassem. Acabaram como as representações dos autos hieráticos, por excessos semelhantes.

Cartas régias, alvarás, provisões do Desembargo proibiam a participação de jogos, máscaras, danças, nas procissões, por impróprias, antiquadas e indecentes.

Assim, D. Manuel, por carta de 24 de Junho de 1419, proíbe jogos e danças na procissão de Santa Isabel (2 de Julho), por êle próprio ordenada em Carta Régia de 17 de Junho de 1516, com a de *Corpus Christi* por modelo (1).

Uma provisão do Desembargo, de 19 de Maio de 1752, proíbe uma vez mais no Pôrto as máscaras e danças nas procissões (2). Outra, de 15 de Junho de 1780, revoga o Regimento da Procissão do Corpo de Deus, do Pôrto, aprovado por Alvará de 15 de Junho de 1621, por admitir a indecência de danças e figuras, e aprovando novo regulamento (3).

Também os mesteres pediam ou propunham a reforma da organização das procissões, com a substituição de jogos e danças. Foi o que se deu com a proposta dos oficiais da câmara do Pôrto no primeiro quartel do séc. XVII, que reclamavam contra as danças por serem muito antigas e faltarem à devida decência: alvará régio, de 20 de Julho de 1621, aprovou a resolução (4).

E' elucidativo, pelo que significa, um documento

(1) Sousa Viterbo, na *Revista Lusitana*, V, p. 192 (Documentos).

(2) João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronolog.*, IV, 155 (Aditamentos): do Livro 14.º das Provisões da Câmara do Pôrto, fl. 104.

(3) Sousa Viterbo, *id.*, *id.*

(4) J. Pedro Ribeiro, *id.*, *id.*

do séc. XVI (transcrito por Pedro de Azevedo) (1), do reinado de D. Sebastião.

«Dom Sebastiam... Façouos saber que Antonio Fernandez, seareiro, morador no Pomball, termo de Santarem, me enviou dizer per sua petiçam que Imdo elle ao lugar d'Azynhagua de cuja freyguesya elle hera pera foliar por ser folyão dominguo xbij dias de Julho do ano presente e por se fazer no dito lugar prosyção solene do Santysymo Sacramento e festas he folguares e tresfoliares leuaua na cabeça hum chapeo forado por dentro da copa de tafeta e sayrya fora da dita copa dous dedos he meio que elle suplicante leuaua por festa e com elle folyar como o leuara todo de veludo se ho achara emprestado pera homra he louvor de deus e de sua festa e o allcayde do dito lugar o premdera com cõ ho dito chapeo asy forrado de tafeta pespomtado com Retros pela borda do dito forro etc. Dada na cidade de Lixboa aos xxbj dias do mes de setembro... de mill b<sup>e</sup>xbij...» (2).

Completam a compreensão dêste outros dois documentos do mesmo reinado, referentes a episódio semelhante: folias e danças.

«Dom Sebastiam... faço saber que Antonio Fernandez, homem solteiro, morador na villa de Valldygem (3) me enuiu dizer per sua petyção que Domingos Corea Juiz ordinario nella ho premdera andamdo com outros em húa dança na prjsyção do samto sacramento que se fezera ho terceiro dominguo do mes de Junho deste ano por amdar com mascara semdo mandado com penas que não andasem mazcarados he premdendo o asy ho entreguara a Gonçalves he Manuel Diaz quadrilheyros aos quaees elle supricante de demtro da Igreja homde estava perante a gemte que hera muita se sahyra e lhes fogira etc. Dada em Lixboa a bj dagosto e feyta a ix... de jb<sup>e</sup>lxxiii<sup>o</sup> (4).

«Dom Sebastiam etc. faço saber que Gonçalo Gon-

(1) Em *Revista Lusitana*, XV, 137-138: «Costumes e festas populares dos séculos XV e XVI (Documentos)».

(2) Liv.º 26 de *Legit.* de D. Sebastião e D. Henrique, fl. 341 v.

(3) Conc.º de Lamego.

(4) Liv.º 16 de *Legit.* de D. Seb. e D. Henr., fl. 261 v.

calvez morador na vylla de Baldigem e nella quoadrylheiro me enuiu dizer por sua pitição que Domingos Corea Juiz ordinarjo nele em hũu domingo 3.º do mes de Junho deste ano á dando a presysão cõ o samto sacramento arredor da Igreja premdera huu Antonio Fernandez homem mãcebo sollteiro por ádar emmazcarado cõ outros em hũa damça e tendo o asy preso o entregou a ele suplicante e a hũu Manuel Diaz tão bem quodrylheiro e ele por a gemte ser muita lhe fugio perante a gemte e o não poderão tornar a tomar etc. Dada em Lixboa a bj dagosto e feita a xi do dito mes... de jb<sup>o</sup> lxxiii<sup>o</sup>» (1).

Os autos sacros, representados no interior dos templos, eram forma sugestiva de catequística. Pelo assunto da vida dos santos ou pelo nascimento e paixão de Jesus, nasceram da Igreja e para fins espirituais da expansão da doutrina, à vista de episódios grandiosos da fé. Os martírios dos santos nem sempre se reduziam, porém, à biografia cénica das personagens historiadas.

Quem, na architectura românica e no sucedâneo gótico, observar tantas obscenidades e lúbricas imaginações dos canteiros, patentes nas gárgulas e cachorradas exterior dos templos, admirará, e por ventura se escandaliza, o contraste da gravidade sacra do interior com essas explosões provocantes nas paredes de fora. Era precisamente êsse contraste que se provocava: a maldade, os pecados mortais, no mundo; a paz da alma, na oração.

O mesmo acontecia nos autos, êstes com a agravante de decorrerem nas naves meigas de luz e de mística. Podiam não ser sugestões disformes; limitar-se-iam a expor ao vivo, por pessoas rudes, que excederiam, por índole chocarreira de actores sem pejo, os limites da decência, as contrariedades, oposições, tentações, doestos, de que eram vítimas os mártires.

Ainda o podemos medir, na crueza reveladora, em quantos autos de Gil Vicente, já no fim da nossa Idade-Média e num Renascimento, muito de Idade-Média, com o polimento suficiente para na Côte

(1) Liv.º 12 de *Legit. id.*, fl. 68.

dizer tudo sem ir além do comum dela, que não era o mesmo lá fora.

Quando aparecessem na cena, armada no lugar sagrado, as personagens contrárias ao mártir protagonista, a vozearia, as imprecações, os gestos, de uma multidão impressionada, ultrapassariam o que hoje estivéssemos dispostos a suportar. Que sucederia, quando saltassem no estrado da cena os diabos tentadores e cómicos, ironistas e malcriados, que Gil Vicente aproveitou da caixa de surpresas do Medievalismo?

A vitória dos Santos, a derrota demoníaca, as cantigas de bailar e demonstrações joviais dos autos, provocariam da parte do público, cheio de fé e suggestionado do espectáculo, e, ainda, comprimido pela santidade augusta do lugar, como pela impressão moral criada pela lição do protagonista, as maiores expansões de entusiasmo. Gritaria, bailaria com os mais próximos, exceder-se-ia.

Não bastariam as trovas de João Zorro a coonestar o impulso da bailada:

Bailemos, agora, por Deus, ay velidas,  
So[b]aquestas avelaneiras floridas!  
E quem for velida como nós velidas,  
E amigo amar,  
So[b]aquestas avelaneiras floridas  
Virá bailar!

Bailemos agora, por Deus, ay louvadas,  
So[b]aquestas avelaneiras granadas!  
E quem for louvada como nós louvadas,  
E amigo amar,  
So[b]aquestas avelaneiras granadas  
Virá bailar!

Ainda em menino assisti a autos populares ao ar livre. Não eram religiosos; eram tragi-comédias tiradas do romanceiro: D. Carlos da Alemanha, etc. Lembro-me do silêncio completo, no amial onde se estava, e da explosão sintomática dos espectadores nos lances da vingança e da traição.

Recentemente, assisti em Bragança à representação do auto de Santa Bárbara, na forma setecentista;

os aldeãos de San-Ceriz, do concelho brigantino; conservam tradições dramáticas, religiosas e profanas, muito curiosas. Aparecem três demónios a tentar o pai de Bárbara e seus sequazes, induzindo-os a condená-la à morte, por se ter convertido ao Cristianismo e resistir à apostasia.

No auto escrito, edição de Évora em 1748, há um só demónio, que surge no fim a recolher e levar para o Inferno o corpo fulminado de Dióscoro. Na tradição local da gente de San-Ceriz, os demónios são três: saltitantes, todos de vermelho de fogo, freqüentam amiúde o proscénio. De cada vez que saem do compartimento marcado com o rótulo do «Inferno», o público espontâneamente se manifesta em gargalhadas, gritos, chufas.

Tudo isto, e muito mais que o tempo obliterou, sucedia nas igrejas. As danças, como os autos, completavam-se reciprocamente, para os actores e para os espectadores.

Os excessos cometidos levaram à proibição das danças nas igrejas e nas procissões; o anacronismo ofendia o gosto mais apurado e a crença verdadeira. O que era singeleza impulsiva e sem malícia, provocou despropósitos graves. Acabaram essas danças, que de forma alguma podiam chamar-se religiosas, só porque tomavam parte nas cerimónias de culto, onde eram toleradas.

Mantiveram-se até hoje umas, até há pouco tempo outras dessas danças, ordenadas no modelo das mouriscas, como singulares corporações de bailarinos e foliões com o seu esquema de juizado. Apenas ficaram fora e longe de qualquer momento religioso, salvo raras excepções como a «Dança do Rei Davide», em Braga, Vila-Real, Mondim-de-Basto, etc., e essa porque, desfilante e ginástica, tinha por si o nome, e a velha «Dança dos Reis Magos», em Barcelos, tôdas caídas hoje no desprestígio das «mascaradas» e esquecidas.

As fogaceiras desfilam nobremente com as suas dádivas, e, embora com o carácter original de pantomimas sacras, nada têm de excessivo. Incorporadas nas procissões, não faltam à compostura. Nem dançam, nem cantam, vão. Homenagem sim, concorde,

sem desvio, com a directriz litúrgica das organizações culturais. Foi escandalosa, porém, a licenciosidade consentida nas cantigas de alusões lúbricas e escarninhas das moças das fogaças na procissão da Senhora do Couto, em Nabainhos (Gouveia): já se não ouve hoje.

Foram persistindo alguns grupos, de trajes espantosos em que dominava o branco, obrigatório nas



Lousa — tocadores da «Dança da Genebres»

danças, mais ligadas ao sentimento de pureza dos participantes nas procissões, tanto para homens como para raparigas.

Um exemplo de longevidade é o da «Dança dos Ferreiros», de Penafiel, com os quinze homens, vestidos de branco, de capelas de flores e fitas na cabeça. As espadas, seguras com as duas mãos, uma no punho, outra na ponta, ficam horizontais, e os homens circundam o pátio da procissão de *Corpus Christi*: ¿que é afinal senão a medieval «Dança das Espadas»?

A «Dança da Genebres», da Lousa, figura nas festas da Senhora dos Altos Céus, com a capela policrómica, e vestidos de branco <sup>(1)</sup>. Começa a dançar diante

(1) J. Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, I, 87 e ss.

da matriz, e continua pelos lugares mais importantes da terra.

A «Dança dos Ferreiros» tem ainda a curiosidade singular de representar nas procissões de *Corpus Christi* a cooperação regulamentada e consuetudinária dos mesteres (1).

Em círios a santuários, como o da Senhora da Nazaré e outros, continuaram até anos muito recentes, as formas esquemáticas de autos e pantomimas em louvor da Virgem. Por exemplo, os da Encarnação (Tôres-Vedras) levavam à frente, num carro enfeitado, os anjinhos das loas, recitadas diante do santuário da Nazaré. Os de Mafra e arredores levavam o anjo, vestido à romana, de capacete reluzente e escudo, com a espada flamante; no meio da côrte de anjos menores, lançava as suas trovas de homenagem.

Ao carro da Encarnação seguia-o numerosa cavalgada de rapazes e raparigas; apenas chegada ao terreiro defronte do templo, corria à desfilada, completava três voltas assim, em tórno da igreja, e estacava em frente do pórtico. Tinham depois lugar as loas.

A ermida de Nossa Senhora da Vitória, em Paredes, perto da Nazaré, teve sempre frequência dos pescadores. Quando iam para a pesca do bacalhau, ou às pescarias longínquas, dirigiam-se festivamente à ermida, no dia 1 de Maio. Levavam o seu juiz e a juíza do círio, vestidos de sêda; os anjos eram três; os devotos acompanhavam-nos com o padre, montados em cavalos e burros. A' partida da Nazaré e à chegada à ermida, cantavam loas à Virgem, e davam voltas aos santuários:

Aceitai o nosso preito,  
Prova sincera de Fé;  
Dai um maternal sorriso  
Ao povo da Nazaré.

Na «festa do Santo António», ou «festa dos moços», na Atalaia (Pinhel), fazia-se pantomima de tipo

(1) Abílio Miranda, *O Baile dos Ferreiros de Penafiel...*, no Boletim «Douro Litoral», da Comissão Provincial de Etnografia e História, n.º II, 1940, p. 31 e ss.

militar, afinal adaptação do modelo das mouriscas. Três mordomos, — o «Capitão», com a espada, como chefe e comandante, o «Alferes», com a bandeira do grupo ou mordomia, e o «Sargento», com a alabarda, — tinham consigo dez ou doze rapazes fortes, vestidos de uniforme militar.

Na procissão iam atrás do pátio duas raparigas, cada uma com seu pão de trigo, de alqueire, que durante a Missa eram bentos.

Os rapazes prestavam honras ao Santo. A procissão recolhia; o andor, quando chegava à porta do templo, voltava a imagem para a rua. Então, um a um, os três mordomos avançavam e abatiam perante o andor as suas insígnias militares: a espada, a bandeira, a alabarda. Rufa o tambor. E o grupo dá salvas de honra (1).

E', como se vê, um mixto de «mourisca» e de «império», com as suas fogaceiras, portadoras das fogças oferecidas.

As «folias do Espírito-Santo», da Beira-Baixa, que Lopes Dias descreveu (2), têm as insígnias, as personagens («Rei», com a varinha de madeira, ornamentada de fitas de sêda e flores artificiais, — o «pagem», com a coroa de lata, — o «alferes», com a bandeira, — os dois «mordomos» e seis «fidalgos», com tambor, pandeireta, viola ou outros instrumentos), os cantos, o desfile; formam assim grupos afins dos anteriores.

Fr. Alvaro da Fonseca, na descrição manuscrita da fundação do Convento de Nossa Senhora das Relíquias (séc. XVII), junto da Vidigueira, conta que foram as festas da transferência do Santíssimo Sacramento, da antiga ermida de Santa Clara dos Olivais (séc. XV) para a igreja do convento em 1593: «ia o povo com muntas bandeiras, folias e dansas da villa»... (3).

A «Dança dos Mitrados» realizava-se em Agôsto,

---

(1) C. A. Monteiro do Amaral, na *Revista Lusitana*, XII, p. 290-292.

(2) J. Lopes Dias, *Etnografia da Beira*, I, 71 e ss.

(3) A *Relação* foi feita por Fr. Alvaro da Fonseca, em 1646, quando prior do Convento. Aproveitou-a Teixeira de Aragão, em *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa, 1898.

pela Senhora de Agôsto (a Assunção da Virgem), nesta mesma igreja. Sete rapazes, de saio branco, cintado por cordões de sêda carmesim, camisas enfeitadas, nos ombros, de fitas policrómicas, caídas até às coxas, levavam na cabeça uma capela — a *mitra*, — com muitas fitas e laços, (Recordar as «capelas» da «Dança dos Ferreiros», de Penafiel, — da «Dança da Genebres»,



Alte — os «ensaiados» e sua loa à Senhora do Rosário

da Lousa, e similares), flores, e penacho ou pluma das velhas milícias, colocado no cimo. Depois da Missa, começavam no cruzeiro da igreja as homenagens mímicas: voltas, sapateado, vénias com os braços cruzados no peito. De tarde, acompanhavam a procissão, atrás do pátio; com flauta e bombo, prosseguiram o bailado <sup>(1)</sup>.

Em Alte, quando recolhe a procissão de Nossa Senhora das Dores e S. Luís, em Setembro, acompanham-na os *Ensaiaados*, montados, vestidos de branco, mitrados, em coluna de dois. A' entrada da procissão, entram no adro, caminham para o portal da igreja. O andor da Senhora pára sob os arcos manuelinos e volta para o exterior a imagem.

(1) Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama...*, p. 169-170.

Detêem-se os «ensaiados». Avança na direcção do andor o chefe ou comandante. A cavalo, volta-se para a imagem e declama as loas, de voz pausada, no silêncio geral.

O' Virgem, Mãe do Rosário,  
Tão linda estás nesse andor,  
Abençoi este povo,  
Que é tão grande pecador.

O' Virgem, Mãe do Rosário,  
Também Senhora das Dores,  
E's a Mãe dos aflitos,  
E's a Mãe dos pecadores.

No Céu e na Terra  
Sois advogada nossa,  
Que é vossa a nossa graça,  
Que a nossa graça é vossa.

O que resta de danças, utilizadas em cerimónias religiosas, pouco é, pois, e adaptou-se a novos costumes. As outras eram, como diz Fernão Lopes <sup>(1)</sup>, «danças e festas segundo aquel tempo, em que tomava [D. Pedro I] grande sabor, que aadur he agora pera seer creudo...». Aplicavam-se, como o mesmo espelho se aplica a tôdas as caras.

LUÍS CHAVES.

---

<sup>(1)</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, ed. de Barcelos, p. 42 (cap. XIV).